

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política
Hannah Ribeiro Parnes



Discursos de Crise e Reivindicações representativas:
O Escola sem Partido nas eleições de 2018

Brasília, dezembro de 2019

À Margarida, minha avó e flor
mais linda

Agradecimentos

Encerrar minha primeira jornada pela Ciência Política é concluir uma etapa de muitos sonhos, aprendizados, crescimento, desafios e realizações. Tudo isso acompanhada de pessoas queridas que, desde o início, contribuíram para que essa etapa fosse vivida com tanta alegria.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Arão e Sheilinha, que não acreditaram quando eu, ainda criança, disse que odiava política e nunca iria trabalhar com isso. Vocês foram os grandes incentivadores desse sonho maluco. Agradeço ao Emanuel pela disponibilidade, incentivo e apoio. Agradeço à minha avó Berta que, apesar de não entender como uma pessoa pode fazer tantas provas e trabalhos, sabe que meu amor é maior que o número de telefonemas dados. À Margaridinha, agradeço o carinho e inspiração. Todos os desafios que vivemos juntas me fizeram crescer muito, vó. À minha irmã, Mazinha, agradeço por todo o carinho e compreensão pelos meus atrasos pra responder. À tia Estela, tia Dalva, tio Jean Marc, Vô Meraldo, Leo, Gabi e Vicente, obrigada por todo carinho, apertos na bochecha, e incentivo de sempre.

No IPOL tive a oportunidade de conhecer professores e pesquisadores que deixaram ainda mais encantada com a Ciência Política e suas possibilidades. Agradeço à professora Marilde, que desde os primeiros semestres me acolheu com tanto carinho. Obrigada por todo o conhecimento, carinho, paciência e incentivo. Aos professores Flávia, Danusa, Luis Felipe, Carlos, Thiago, agradeço pelas aulas maravilhosas e por todo o conhecimento compartilhado.

Às professoras Débora, Rebecca e Marisa, agradeço por todas as oportunidades, pelo apoio, incentivo, confiança, carinho e conhecimentos compartilhados. Obrigada por me receberem tão bem no RESOCIE, grupo de pesquisa onde pude aprender e ainda conhecer pessoas maravilhosas que fizeram dessa jornada ainda mais especial. Teo, Mari, Bia, Lorena, Anne, Alê Gomes, Alê Arns, Marina (quase resociense), Marília, Gabriel Ciriático, Gabi Bersan, Júlia e Maricilene, obrigada por tudo.

À Débora, minha orientadora, agradeço especialmente por todo o apoio. Obrigada pelos comentários atentos, pela paciência, pelas conversas, textos compartilhados e por sempre incentivar minhas ideias e projetos.

Agradeço aos meus colegas de curso viraram grandes amigos. Luciana, Natália, Igor, Paula, Monica, Sara, Ana Beatriz, Ana Luiza, Carlos, Carlos, Luiz, Thalys, Bruna,

Bruna, Brenda, Isabel, Nicole e Rodrigo, vocês são os verdadeiros presentes da graduação.

Aos meus amigos de sempre, Luiza, Pedro, Camilinha, Pilger, Bella, Débora, Aline, Gisele, Brenda, Gabi, Gabi, Luísa, Teo, Cecel, Tiago, Lucas, Mari, agradeço a paciência e o carinho incondicional. Sei que foram muitas as festas, aniversários e sambas perdidos.

Também não poderia deixar de agradecer aos amigos que ganhei no final dessa jornada, mas foram meus grandes apoiadores incondicionais. Teo, minha dupla, Pedro, Fabi, Pry, Sasá e Aninha, vocês são incríveis. Obrigada por tudo!!!

Aos funcionários do IPOL, Dona Cícera, Dulce, Dina, Gisele e Thaynara, agradeço pela disposição, sorrisos e pelo carinho de sempre. Aos projetos Política na Escola e Politeia, agradeço pela oportunidade de aprender e levar o conhecimento para além dos muros da universidade.

Por fim, agradeço ao CNPq, que possibilitou minha dedicação à pesquisa, durante grande parte da graduação e também à Universidade de Brasília que me proporcionou vivências únicas de aprendizado, crescimento, socialização, pesquisa e extensão.

Resumo

A partir da união de duas literaturas que nos últimos anos se expandiram e se diversificaram, mas ainda pouco dialogam: movimentos sociais e representação/eleições (McAdam e Tarrow, 2011), esse trabalho propõe analisar como o movimento Escola sem Partido interagiu com partidos políticos e mobilizou discursos de crise de representação e do sistema político, durante a dinâmica eleitoral de 2018, buscando influenciar a representação política.

O Escola sem Partido, movimento fundado em 2004 com o objetivo de combater a chamada “doutrinação político-ideológica” nas instituições de ensino básico e superior brasileiras, é um exemplo dos movimentos que ganharam destaque após as jornadas de junho de 2013. O movimento, que desde 2014 vem ampliando sua presença nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no congresso nacional, por meio da apresentação de projetos de lei, realização de audiências públicas e eventos, criou, durante as eleições, compromissos públicos que deveriam ser assinados pelos candidatos que apoiassem a causa.

Intitulada “Escola sem Partido eleições 2018”, o movimento criou ainda uma plataforma *online* por meio da qual foram disponibilizados os compromissos assinados pelos candidatos. Além disso, a ampla mobilização nas redes sociais direcionados a candidatos e partidos e reafirmando o descontentamento com o sistema político por meio de discursos de *misrepresentation* constituíram parte de uma performance representativa (Guasti e Almeida, 2019), buscando não somente influenciar o processo eleitoral, mas também reivindicar a representação política.

Palavras chave: Representação; Escola sem Partido; Eleições; Claims.

Lista de Siglas

IPOl – Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

ESP – Movimento Escola sem Partido

PT- Partido dos Trabalhadores

SDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

NOVO - Partido Novo

PRP - Partido Republicano Progressista

PR - Partido da República

PATRI - Patriotas

PTC - Partido Trabalhista Cristão

DEM - Democratas

PP - Partido Progressista

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

DC - Democracia Cristã

PPS - Partido Popular Socialista

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

1. Figura 1- Reivindicações negativas;
2. Figura 2- Exemplo de inimigo do Escola sem Partido;
3. Figura 3- Compromisso Público com o Escola sem Partido.
4. Figura 4 – Partidos que assinaram os Compromissos Públicos.
5. Figura 5- Percentual de compromissos assinados por partido.
6. Figura 6- Ameaça de encerramento de atividades do ESP.
7. Figura 7- Ameaça de encerramento do ESP 2.
8. Quadro 1 - Candidatos formalmente comprometidos com o Escola sem Partido no DF.

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Metodologia
3. De quem estamos falando? O Escola sem Partido enquanto movimento
 - 3.1. O combate à “hegemonia de esquerda”
 - 3.2. Identidade, engajamento e ação coletiva: a doutrinação como elemento mobilizador
4. A virada construtivista e a ruptura com o paradigma autorizativo
5. Crise das instituições representativas e do Sistema Político: Reivindicando a representação a partir da desconfiança
6. Movimentos Sociais e Partidos Políticos: Interações no momento eleitoral
7. Da crise à interação: Os Compromissos Públicos com o movimento
8. Considerações finais
9. Anexos
 - 9.1. Entrevistas
10. Referências bibliográficas

1. Introdução

As eleições de 2018 foram marcadas por uma forte polarização. Para além do tradicional embate entre partidos, houve uma ampla mobilização da sociedade civil com movimentos que, até então, não haviam utilizado o repertório eleitoral. Ao mesmo tempo, no campo teórico, a literatura de movimentos sociais que tradicionalmente tratou da atuação de movimentos na dinâmica eleitoral, embora tenha se expandido e diversificado, pouco dialoga com a literatura de representação política (McAdam e Tarrow, 2011) e tampouco voltam suas análises para movimentos à direita do espectro político partidário (Jasper, 2016).

O Escola sem Partido, movimento fundado em 2004 com o objetivo de combater a chamada “doutrinação político-ideológica” nas instituições de ensino básico e superior brasileiras, é um dos exemplos deste tipo de mobilização. O movimento, que desde 2014 vem ampliando sua presença nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no congresso nacional, por meio da apresentação de projetos de lei, realização de audiências públicas e eventos, criou, durante as eleições, compromissos públicos que deveriam ser assinados pelos candidatos que apoiassem a causa.

Intitulada “Escola sem Partido eleições 2018”, o movimento criou ainda uma plataforma *online* por meio da qual foram disponibilizados os compromissos assinados pelos candidatos. Além disso, a ampla mobilização nas redes sociais direcionados a candidatos e partidos e reafirmando o descontentamento com o sistema político por meio de discursos de *misrepresentation* constituíram parte de uma performance representativa (Guasti e Almeida, 2019;), buscando não somente influenciar o processo eleitoral, mas também reivindicar a representação política.

Nesse sentido, com o objetivo de contribuir para o debate sobre as interações entre movimentos sociais e eleições, este trabalho propõe analisar como o movimento escola sem partido interagiu com partidos políticos e mobilizou discursos de crise, durante a dinâmica eleitoral de 2018, para influenciar a representação política.

2. Metodologia

Este trabalho está estruturado em torno da metodologia de estudo de caso exploratório. Como pontuado por Mcadam e Tarrow (2011), as eleições representam uma fonte de oportunidades ou ameaças políticas para diversos grupos de movimentos, além de importante catalizador de suas atividades. Nesse sentido, a análise da dinâmica eleitoral pressupõe uma estratégia que abarque não só múltiplas variáveis, mas também o contexto político.

O Escola sem Partido representa um caso de movimento com relação ambígua com as instituições políticas. Ao mesmo tempo que se posiciona como apartidário e não ideológico, denuncia uma suposta hegemonia de esquerda e conta com o apoio de parlamentares como Flavio Bolsonaro, Magno Malta, Eduardo Bolsonaro e Flavinho, responsáveis por levar a pauta para o legislativo e ajudar a inserir a causa no debate público.

Além disso, até a última legislatura, suas pautas foram objeto da Comissão Especial do Projeto de Lei 7180/14, do Projeto de Lei Nº 867/15 e de mais outros 18 projetos em tramitação nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores do país, o que indica que a interação com parlamentares e/ou partidos políticos é parte importante de seu repertório de atuação.

Durante o processo eleitoral de 2018, a criação de compromissos públicos dos candidatos com o movimento constituiu um novo mecanismo para a ampliação dessa interação. A construção da plataforma *online* “Eleições Escola sem Partido 2018” permitiu ao movimento publicizar os compromissos assinados pelos candidatos nas diversas esferas do legislativo e do executivo nacional, que constituíram parte dos dados primários desta monografia.

Este trabalho é resultado de duas etapas da pesquisa. A primeira, realizada entre março e junho de 2018, em parceria com os colegas Igor Novaes Lins e Paula Souza Trindade, graduandos em Ciência Política no IPOL, teve objetivo exploratório e permitiu levantar dados sobre a estrutura, o engajamento e a atuação do movimento. Já a segunda, realizada entre agosto de 2018 e junho de 2019, como parte do projeto de iniciação científica intitulado “Os discursos de criminalização do sistema político e as relações entre o movimento Escola sem Partido e os partidos políticos nas eleições de 2018”, abriu espaço para coleta de dados e para iniciar a análise desenvolvida nesta monografia.

Desse modo, foram realizadas ao todo 14 entrevistas semiestruturadas. 9 durante a primeira etapa e 5 durante a segunda. Na primeira etapa, foram entrevistadas lideranças do movimento, Professores, Parlamentares, Estudantes e Pais, categorias que, embora não excludentes, abarcam o perfil dos múltiplos constituintes do Escola sem Partido.

Para a segunda etapa, o recorte eleitoral levou a uma nova estruturação de roteiros de entrevista. Com o objetivo de investigar os sentidos dos compromissos públicos como forma de interação com os partidos políticos para influenciar a representação política, foram entrevistados três diferentes grupos : lideranças do movimento, candidatos que apoiaram publicamente o movimento e assinaram os compromissos públicos e também candidatos que, embora tenham apoiado publicamente a causa, optaram por não assinar o compromisso público com o movimento.

Falqueto e Farias argumentam que a determinação do número de entrevistas necessárias constitui uma questão estratégica para pesquisadores que usam métodos qualitativos, de modo que o problema não seja a quantidade de dados, mas se os dados coletados são suficientes para o alcance do objetivo proposto pelo estudo (Falqueto e Farias, 2016). Desse modo, a seleção dos entrevistados deu-se a partir da análise dos materiais de campanha divulgados nas redes sociais e em sites oficiais dos candidatos do Distrito Federal e da plataforma Eleições Escola sem Partido 2018. As imagens, textos e postagens foram coletadas manualmente. Dentre os atores selecionados, é importante destacar que, apesar das inúmeras tentativas, não foi possível entrevistar a única deputada eleita no DF que havia assinado o compromisso público.

A intensiva atividade do movimento nas redes sociais, principalmente no Facebook, a partir da produção e compartilhamento de imagens, textos, vídeos e comentários sobre candidatos, partidos e o processo eleitoral tornou disponíveis para análise documentos que forneceram grande riqueza de informações para análise dos discursos e enquadramentos mobilizados pelo movimento. A análise documental deu-se de forma qualitativa, buscando identificar expressões dos discursos de crise, da construção discursiva “nós-versus eles” e dos sentidos atribuídos à representação política pelo movimento. Nesse sentido, foram analisadas as postagens feitas e compartilhadas pela página do Escola sem Partido, e das páginas de suas lideranças, entre agosto de 2018, quando o movimento se posicionou pela primeira vez em relação às eleições e setembro de 2019, quando por meio de uma postagem no Facebook, o movimento anunciou a possibilidade de encerrar suas atividades.

3. De quem estamos falando? O Escola sem Partido enquanto movimento

3.1. O combate à “Hegemonia de Esquerda”

Embora a literatura de Movimentos Sociais tenha se estruturado a partir dos estudos de movimentos à esquerda do espectro político, a recente ascensão de novos grupos de direita e seus respectivos repertórios de atuação, formas de organização e discursos de contestação do sistema político e do *establishment*, chama atenção ao mesmo tempo que representa um desafio para esse campo de estudos e para a democracia.

Dentre os movimentos que ganharam força após as Jornadas de Junho de 2013, encontra-se o Movimento Escola sem Partido. Fundado em 2004 pelo advogado e Procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, após o professor de história de sua filha ter feito uma comparação entre uma figura religiosa e Che Guevara durante uma de suas aulas. Diante da pouca receptividade das instituições às denúncias do advogado, seu grupo de amigos, que compartilhavam a mesma visão de Nagib, decidiram aderir à causa, formando o movimento. Nesse sentido, a visão crítica às instituições, que segundo o movimento, estariam dominadas por uma hegemonia de esquerda¹, sempre permeou os posicionamentos e discursos do movimento.

Esses discursos, centrados na constatação, denúncia e combate à doutrinação ideológica nas escolas estruturaram-se na premissa de que, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, havia uma hegemonia de esquerda alimentada, sobretudo, pela atuação dos professores.

De acordo com o movimento, os Professores, com apoio de seu sindicato, usariam de sua autoridade em sala de aula para impor suas opiniões, favoráveis ao PT e à esquerda, e não somente apresentar o conhecimento de forma objetiva e não ideológica. Haveria assim um abuso da liberdade de expressão garantida constitucionalmente. Isso porque, em sala de aula, as possibilidades de exercício dessa liberdade não seriam as mesmas para professores e alunos, de modo que os alunos podem se sentir coagidos a expressar somente opiniões compatíveis com a do professor.

A percepção desse mecanismo de doutrinação constitui um sistema mais amplo que se estende às instituições como o Ministério Público, a burocracia e a mídia, de um modo geral. Isso porque, de acordo com a lógica apresentada pelo Movimento, os

¹ Entrevista 1

profissionais que ali atuam foram, em grande parte, formados em escolas e universidades públicas, principal lugar onde a doutrinação ideológica de esquerda opera. Desse modo, a doutrinação nas escolas seria o principal mecanismo de manutenção dessa hegemonia denunciada e combatida pelo ESP.

3.2. Identidade, engajamento e ação coletiva: a doutrinação como elemento mobilizador

Ao interpretar como pais, alunos, professores, parlamentares, advogados de diferentes cidades, ideologias, contextos e interesses agem coletivamente com sucesso, a racionalidade da ação coletiva proposta por Olson (1999) mostra-se insuficiente para justificar o sucesso da atuação do movimento. Nesse sentido, o conceito de identidade coletiva ganha importância na análise como elemento capaz de fornecer incentivos simbólicos, para além dos incentivos materiais, unir e mobilizar indivíduos diferentes, mantendo e ampliando suas redes de contato, interação, ação e recrutamento.

De acordo com Della Porta e Diani, “identificar-se com um movimento não significa necessariamente compartilhar uma visão sistematicamente coerente do mundo” (Melucci, 1984 apud Della Porta e Diani, 1998). Assim, a diversidade nos perfis dos participantes do movimento não significa que o Escola sem Partido não tenha uma identidade coletiva, mas que sua identidade coletiva é múltipla.

Isso significa que, diferentemente de outros movimentos sociais, a identidade do movimento não se constitui a partir de uma única ideologia ou visão de mundo comum, mas de um processo dinâmico socialmente construído a partir de vivências semelhantes e do compartilhamento dessas experiências, um dos meios de participação estruturantes do Escola sem Partido.

Como evidenciado por Parnes, Novaes e Trindade (2019), os membros e apoiadores do movimento compartilham experiências de conversão. De acordo com Snow e Machelek (1984), o conceito de conversão compreende a ideia de que uma dada experiência pessoal resulta em uma mudança intelectual radical. Essa ideia, parte de uma concepção bíblica que pressupõe uma mudança drástica de entendimento, comportamento e retorno ou aceitação dos princípios considerados certos (Snow e Machelek, 1984).

No caso do Escola sem partido, as entrevistas apresentaram que os relatos de “libertação” da hegemonia de esquerda vieram com o contato com ideias diferentes das que haviam sido apresentadas aos entrevistados antes do ingresso no ensino superior.

Assim, a leitura do famoso livro do Olavo de Carvalho “Tudo que você precisa saber para não ser um idiota”, o contato com professores que “contaram o outro lado da história”, rompendo o encantamento dos entrevistados com os autores de esquerda e a leitura de autores como Mises e Hayek nunca vistos antes da entrada na universidade foram elencados como “estopim” da libertação (Entrevistas 2,3,7,8).

A semelhança dos relatos dos entrevistados é, como pontuam Snow e Machalek (1984), um dos principais componentes da ideia de conversão e consiste na unicidade na fala e no raciocínio dos convertidos (Snow e Machalek, 1984, p. 171-173). Como demonstram Parnes, Novaes e Trindade (2019), os discursos dos entrevistados seguem uma lógica e cronologia comum que consiste em: ser vítima da doutrinação na educação; reconhecer que é alvo de doutrinação e de que não pôde ter contato com todos os lados do debate ideológico; mudar suas opiniões quanto às questões políticas; e por último, engajar-se no movimento.

De acordo com Mische, identidades atuam como “mecanismos de orientação usados pelos atores para dar direção e forma à ação futura” (Mische, 1997). Ou seja, além de atribuir sentido e estrutura às redes sociais, as identidades são enquadradas pelos atores seletivamente, em acordo com seus objetivos (Emirbayer e Mische, 1994). Nesse sentido, o movimento mobiliza as vivências de doutrinação como enquadramento mobilizador para ação coletiva.

A denúncia e o combate à doutrinação ideológica nas escolas e universidades constitui, assim, um discurso expansivo e universalizante capaz de articular os projetos de uma diversidade de indivíduos que se sentiram vítimas de experiências de doutrinação durante sua trajetória e mobilizá-los em torno de uma causa comum. Assim, os sentimentos em torno das experiências de doutrinação fornecem à identidade do movimento o caráter de prisma capaz de reunir as múltiplas dimensões e projetos de estudantes, professores, mães, pais e parlamentares (Parnes, Novaes e Trindade, 2019)

Mische ressalta que articulação de identidades e projetos é dada por meio de interlocutores sociais que funcionam como pontes efetivas para a consolidação de vínculos para a ação coletiva (Mische, 1997, p.145-149). Nesse sentido, como movimentos sociais surgem dentro de uma estrutura já existente, a participação e apoio de parlamentares e militantes de outros movimentos sociais que têm grande visibilidade favorecem a consolidação de uma identidade e ampliação das redes de apoio. Isso porque ao se posicionarem, esses agentes políticos contribuem para a afirmação de diferenças do movimento perante os demais (Della Porta e Diani, 1998).

A concepção de identidades como processos de reconhecimento e auto-reconhecimento socialmente construídos por meio dos quais os indivíduos significam suas vivências e transformações (Della Porta e Diani, 1998. p.89-92) permite analisar o bem-sucedido compartilhamento de relatos e denúncias por meio do blog e das redes sociais como repertório de ação coletiva. Esse repertório que, como será discutido nas próximas sessões, também foi central para a atuação do movimento durante o período eleitoral.

Nesse sentido, o compartilhamento de vídeos e depoimentos favorece o auto-reconhecimento dos indivíduos como vítimas da doutrinação, além do reconhecimento de que há outros indivíduos que sofrem com o problema, e consequentemente a construção da identidade em torno do combate à doutrinação. Assim, embora apresente uma estrutura organizacional pequena, quando comparada a outros movimentos, o ESP possui uma ampla rede de apoiadores que se reconhecem como parte do movimento, mas não possuem vínculos formais (Entrevistas 1 e 9).

Assim, o combate à doutrinação, pautado pelas experiências semelhantes dos indivíduos, é o elemento que, como um prisma, converge e articula os diferentes perfis e projetos que compõem o movimento Escola sem Partido. Ademais, a identidade coletiva do movimento é construída e reafirmada em torno das vivências de doutrinação, discurso que abrange e mobiliza as múltiplas identidades dos participantes. O despertar do estágio de doutrinação, é uma identidade compartilhada, que assume um aspecto de dinamicidade maior do que a identidade atual dos integrantes do grupo. Isto é, a vivência passada é um dos maiores aspectos identitários compartilhados por eles e é um elemento mobilizador para a ação do movimento.

4. A virada construtivista e a ruptura com o paradigma autorizativo

O movimento Escola sem Partido, assim como os movimentos de renovação política, Renova BR, Agora! e Acredito, representa uma novidade para a dinâmica política brasileira. Consequentemente, há ainda pouco conhecimento sobre como atuam esses movimentos e de que forma interagem com os partidos políticos (Vieira, 2019). Assim como os movimentos de renovação, cujo objetivo principal é promover a renovação da estrutura política brasileira, o ESP também reivindica uma renovação direcionada à saída daqueles, por eles denominados, “inimigos do Escola sem Partido”, que corroboram para manutenção da “hegemonia de esquerda” que permeia as instituições.

A centralidade dos partidos políticos na estrutura política brasileira reafirma a importância de compreender as interações entre o movimento e essas instituições. Para isso, esta sessão dedica-se à apresentação do referencial teórico da representação política, com foco nas discussões recentes sobre a virada construtivista, performance representativa e crise de representação política. Nesse sentido, busca-se apresentar os movimentos como atores que reivindicam a representação nas instituições e buscam influenciar a construção dos representantes a partir do desempenho de performances representativas e discursos de crise do sistema político que objetivam convencer as audiências da importância de suas reivindicações.

Ao enxergar a representação para além do paradigma autorizativo, a visão construtivista da representação política percebe a representação enquanto processo criativo e reflexivo, no qual as preferências dos agentes políticos não são dadas e a performance representativa constitui um mecanismo de influência e convencimento da audiência.

A democracia representativa estrutura-se a partir do debate acerca da legitimidade. A definição do mecanismo de escolha parte da ideia de que a autoridade do representante só seria legitimada a partir do consentimento dos representados (Manin, 1997). Nesse sentido, de acordo com Manin, quando decidem usar as eleições, as pessoas não só

concordam com o método de seleção, mas também com cada resultado em particular (Manin, 1997, p. 85).

Desse modo, a eleição tornou-se o principal mecanismo de fundação da autoridade política da representação, já que ao conjugar a escolha e a legitimação do poder conferido ao representante, cria uma relação de obrigação e comprometimento do eleito com o eleitorado (Manin, 1997, p.57).

No âmbito normativo, o debate acerca do governo representativo esteve, desde o início, centrado na dinâmica eleitoral (Saward, 2008; Vieira, 2008) e no paradigma autorizativo do processo eleitoral, que Pitkin (1967) reconhece como limitado para pensar a representação para além do momento do voto. De acordo com Saward (2008), os principais parâmetros normativos dessa abordagem seriam:

- A democracia representativa está centrada nas eleições e somente os representantes eleitos podem ser classificados como representantes democráticos;
- A única comunidade política relevante para a representação política é o Estado-nação;
- A questão chave sobre a representação é sobre o tipo ou papel do representante. As opiniões e interesses do representado são transparentes, e dadas no momento eleitoral;
- A representação é uma relação de um pra um, entre representantes e constituintes.

A ruptura construtivista com o paradigma autorizativo parte da desconstrução da necessidade de conexão entre eleições e representação política democrática. De acordo com Rehfeld (2006), a representação democrática é apenas um dos modos de representação política dentre uma variedade de maneiras por meio das quais o representante é simplesmente reconhecido pela audiência (Rehfeld, 2006; Saward, 2008). Nesse sentido, Rehfeld (2006) demonstra que representação e democracia não necessariamente andam juntas, de modo que a representação possa não ser democrática. Assim, a abertura teórica trazida pelo prisma construtivista a partir de uma visão processual e dinâmica que não é restrita às instituições é importante para deslocar e ampliar o olhar para além da legitimação do voto, mas para o processo por meio da qual se desenvolve.

De acordo com Sintomer (2013), a representação política é um processo constitutivo no qual o representante tem poder de agência na construção do representado (Sintomer, 2013, p.6). Como apresentado por Vieira (2019), a crítica dos democratas radicais à essa perspectiva construtivista consiste na ausência de parâmetros normativos que balizem a reprodução das relações de poder na construção dessa imagem do representado (Vieira, 2019, P.30-31).

Embora essa crítica esteja direcionada à discussão sobre o acesso de minorias às esferas de construção dos representados, a construção discursiva do Escola em Partido em torno de discursos de ausência de representação acompanhada das constantes ações direcionadas à se fazerem presentes nos espaços de construção dos representados, abrem espaço para enxergar a atuação do ESP durante o período eleitoral como meio de superar esse afastamento e garantir a participação nesses espaços.

Vieira (2019) retoma Hobbes para demonstrar que a representação enquanto performance já estava presente desde o início da teoria política. Na perspectiva do autor, o caráter visual da representação, a construção de imagens, é investido de significados criados pelo “maker”, aquele que diz representar, ou que diz quem é o representante, de modo que a representação de algo ou alguém não seja apenas um processo de reprodução, mas de criação. A partir das reivindicações, o “maker” molda, retrata e constrói o representado (Vieira, 2019, p.31; Vieira, 2009, p.17).

Nesse sentido, pode-se compreender a criação dos compromissos públicos como parte de uma performance representativa na qual o Escola sem Partido apresenta-se como representante legitimado pela sua audiência e atua não somente na construção do representado, mas também de seus “representantes formais”, candidatos eleitos após sujeitarem-se às condições do movimento. Ou seja, o movimento olha para a dimensão prática da representação, o que ela faz, e apropria-se da dimensão criativa do representante como forma de ação para criar meios de influenciar a representação política.

Para discutir a representação, para além da definição, mas enquanto prática, o esquema teórico de Saward (2010) permite ampliar a representação construtivista para a ação política de uma variedade de atores eleitos e não eleitos (Vieira, 2019). Na perspectiva de Saward (2006, 2010, 2011), a representação política se desenvolve como processo de reivindicações representativas (*Representative Claims*). Nesse processo, o indivíduo ou grupo (*maker*) se apresenta ou apresenta outro indivíduo como representante

(*subject*) o qual oferece uma imagem (referente) do constituinte (objeto) à audiência que recebe, rejeita, ou ignora as reivindicações (Saward, 2010, p.36).

Desse modo, a análise de como as *representative claims* são realizadas é prioridade em relação à análise das condições nas quais a representação se constitui (Saward, 2010, p.38). Assim, a análise da representação política como eventos, que podem se dar em diversos espaços, possibilita uma análise aprofundada de sua dinâmica, e compreensão enquanto prática e processo constituído por múltiplos atores.

O contexto social, político e cultural apresenta, nessa perspectiva, papel central. Isso porque os *makers* e *subjects* precisam apresentar reivindicações representativas que sejam relevantes para audiência, para que haja uma maior possibilidade de aceitação. No caso do Escola sem Partido, as vivências de doutrinação, associadas aos discursos de crise e da hegemonia de esquerda, dialogam diretamente com a audiência pretendida. Além disso, como será discutido nas próximas seções, as mudanças no contexto político pré e pós-eleitoral também impactaram diretamente a performance do movimento, que passou da postura de ataque constante às instituições e à classe política, para uma desmobilização após a mudança no cenário político delineada pela vitória de seus aliados.

Os constituintes e a audiência possuem um papel central na teoria de Saward (2010). Os *Claim makers* (aqueles que fazem as reivindicações) buscam a aceitação dos seus *subjects* (representantes) por parte dos constituintes (objeto) e da audiência. Ou seja, as reivindicações são direcionadas ao convencimento da audiência que pode aceitar ou rejeitá-las.

A perspectiva de Saward atribui à representação caráter performativo, já que o convencimento da audiência pressupõe técnicas e processos que podem produzir diferentes resultados na audiência. De acordo com Saward, a performance caracteriza-se por uma reivindicação que tem visibilidade e significado potencial para a audiência que objetiva impactar. É um ato de construção de significados que, quando efetivo, pode gerar: realidades sociais; papéis e identidades; relações representativas (Saward, 2017, p.6).

Para construir esses significados e desempenhar a performance, os atores utilizam-se de técnicas. Saward (2017) apresenta quatro: funções, scripts, coreografia e enquadramentos. As funções referem-se às funções desempenhadas na política que objetivam criar efeitos e emoções na sua audiência. Os Scripts referem-se à construção

do discurso do ator de modo a enfatizar os aspectos que são prioritários para a audiência que pretende alcançar com a performance. A Coreografia refere-se à dimensão simbólica e cultural na qual o uso de elementos simbólicos; culturais; factuais e gestuais são utilizados para obter ressonância com a audiência pretendida. Por fim, os enquadramentos constituem formas de dar significados e interpretações para eventos e fenômenos específicos, por meio do aspecto interativo e comunicacional (Saward, 2017, P. 5-9; Vieira, 2019).

A partir do esquema teórico apresentado, verifica-se que a construção de discursos de crise, o uso de imagens, vídeos, textos e a construção dos “compromissos públicos”, que serão discutidos nas próximas seções, constituem técnicas para o desempenho da performance do movimento. Ademais, o uso das redes sociais como *Facebook* para divulgação da performance, possibilitou múltiplas formas de interação e alcance dos constituintes e audiências.

Desse modo, embora o esquema teórico de Saward contemple além das técnicas para construção da performance, como seus significados e efeitos, para este trabalho ganham destaque as funções, scripts e coreografias que serão importantes para compreender a atuação do Escola sem Partido nas eleições enquanto performance representativa.

5. Crise das instituições representativas e do Sistema Político: Reivindicando a representação a partir da desconfiança

Embora o sentimento de crise de representação política seja frequente nas democracias contemporâneas, não há, nas ciências sociais, consenso em torno de sua existência e seus sentidos (Vieira,2019). No caso do Escola sem Partido, a desconfiança e o sentimento de crise fizeram parte, desde o início, dos discursos do movimento, de modo que a ideia de crise, para eles articulada a existência da chamada “hegemonia de esquerda”, permeie as *Claims* construídas pelo ESP e seja mobilizada de forma estratégica pelo movimento.

A existência de uma crise da representação política democrática está centrada nos seguintes diagnósticos: a diminuição nas taxas de votantes, o aumento da rejeição aos representantes, o crescimento da desconfiança em relação aos partidos políticos e a crescente influência de atores não eleitos nos processos decisórios. De acordo com Saward (2010), estes seriam sinais de crise, especialmente quando se toma como parâmetro a perspectiva da representação eleitoral, que aposta nestes mecanismos autorizativos como forma de conexão entre representantes e representados (Saward, 2010, p. 2).

Contudo, a noção de crise associada aos fatores citados é identificada como intrínseca à representação eleitoral. De acordo com Saward (2010), *misrepresentation* não é uma disfunção, mas uma característica estrutural da representação (Saward,2010, P.90). Para o autor, a representação é deturpada em função das condições institucionais, constitucionais e do sistema eleitoral, de modo que os representantes eleitos sejam condicionados a *misrepresentation* (Saward, 2010, p.92).

Rosanvallon (2008) argumenta que o senso de crise democrática se expressa por meio do exercício de uma soberania negativa, uma nova forma de soberania própria da *counter-democracy*, ou do julgamento e contestação constante da representação política (Urbinati, 2006). Para ambos os autores, essa contestação é intrínseca ao processo democrático (Vieira,2019).

Para Rosanvallon, a desconfiança é um fator sistêmico e cada vez mais intensificado nas democracias contemporâneas que implica em diferentes formas de exercício da soberania sobre as instituições e seus representantes (Rosanvallon, 2008). Assim, a desconfiança não é vista pelo autor simplesmente como um fator antidemocrático, mas como ambivalente, podendo reforçar a democracia, mas também contradizê-la.

Como pontua Lynch, para Rosanvallon, a crise não é da democracia, mas da teoria política tradicional que não é capaz de lidar com as transformações sofridas pelo modelo democrático nas últimas décadas (Lynch, 2010, p. 30). Nesse sentido, a desconfiança negativa, que decorre na difamação e negatividade do processo democrático, constitui a razão principal do desencanto característico das democracias atuais (Rosanvallon, 2008, P.24).

A democracia estruturada em torno de ações coletivas orientadas pela desconfiança, é denominada pelo autor como *counter-democracy* (Ibid.). De acordo com Vieira (2019), “a contra-democracia se manifesta de forma expressiva na dinâmica eleitoral, com organizações, candidatos e partidos que se expressam de forma predominante com reivindicações negativas em relação aos envolvidos na disputa” (Vieira, 2019, P.43)

Ademais, Rosanvallon (2008) aponta que o ataque aos oponentes na disputa eleitoral é algo recorrente e histórico nas democracias. Contudo, observa-se nas últimas décadas uma potencialização dessas reivindicações negativas, principalmente, com maior facilidade de disseminação dessas narrativas com advento das mídias sociais. Assim, as reivindicações negativas deixaram de ser marginais nas disputas eleitorais para se tornarem centrais nas narrativas construídas pelos atores, visto principalmente o efeito estratégico que possuem para conseguir sucesso eleitoral (Rosanvallon, 2008, p.177).

O acompanhamento das redes sociais do movimento Escola sem Partido durante o período eleitoral permitiu verificar o uso estratégico das reivindicações negativas para influenciar nos resultados eleitorais. Com imagens e textos que apontavam os denominados “inimigos do Escola sem Partido”, o movimento usou as reivindicações negativas como forma de reafirmar seus oponentes, antes mesmo de apresentar seus aliados, e ataca-los com objetivo de influenciar o voto de seus apoiadores.



**NÃO VOTE
EM CANDIDATO QUE
SEJA CONTRA O
ESCOLA SEM PARTIDO**

Figura 1- Reivindicações negativas; Imagem retirada da página oficial do movimento Escola sem Partido no Facebook



* INIMIGO DO ESCOLA SEM PARTIDO *

NÃO VOTE NESSE CANDIDATO



CHICO LEITE

Senador - DISTRITO FEDERAL/BR
Rede Sustentabilidade - REDE

CADASTRADO
Situação Candidato

Aguardando julgamento
Situação Candidatura

?

Foto para urna

Figura 2- Exemplo de inimigo do Escola sem Partido; Imagem retirada da página oficial do movimento Escola sem Partido no Facebook, agosto 2018.

Embora Saward (2010) faça uso do conceito de *misrepresentation* ao tratar sobre o caráter incompleto da representação, sua teoria estrutura-se essencialmente em torno de reivindicações positivas de representação (Vieira, 2019). De acordo com Guasti e Almeida (2018), também é preciso analisar as reivindicações negativas, *Claims of misrepresentation*, que são apresentados pelos atores estrategicamente, por meio de discursos de falta de representação e da negação da representatividade de outros atores (Guasti; Almeida, 2018).

As autoras argumentam que os discursos de *misrepresentation* estão estruturados nos discursos *anti-establishment* político que, independentemente da forma (anti-partidos, anti-políticos, anti-partidarismo, etc.), exploram a ideia de que a elite detentora do poder político não é capaz de representar cidadãos comuns (Vieira, 2019). Nesse sentido, a retórica do “nós *versus* eles” é utilizada para se opor à elite política e angariar espaços de poder (Barr, 2009, p.30). No caso do Escola sem Partido, essa retórica é utilizada em direção aos movimentos, partidos, parlamentares, sindicatos e grupos, como professores, que compõem a “hegemonia de esquerda” combatida pelo movimento.

Conforme apresentado por Barr (2009, p.34), as reivindicações de representação negativa se expressam de forma ampla e genérica em diagnósticos de que a classe política não atende aos interesses e necessidades dos cidadãos e consequentemente precisa ser transformada. Nessa perspectiva, a atuação do movimento durante a dinâmica eleitoral, esteve estruturada em torno de diagnósticos de corrupção, doutrinação institucionalizada, hegemonia de esquerda que respaldaram a construção dos oponentes, e os ataques a eles direcionados.

Como as reivindicações representativas são direcionadas à audiência, o sucesso desses discursos está condicionado à ampla aceitação da mensagem pela audiência. Nesse sentido, a construção da retórica vinculada às vivências de doutrinação, anteriormente discutidas enquanto identidade mobilizadora (Parnes; Novaes; Trindade, 2019), contribuem para a aceitação dos diagnósticos, ataques e discursos do movimento.

6. Movimentos Sociais e Partidos Políticos: Interações no momento eleitoral

De acordo com McAdam e Tarrow (2011), “movimentos sociais são vistos como uma forma de ação - às vezes disruptiva - não institucionalizada”, ao mesmo tempo em que suas estratégias frequentemente incluem a “opção eleitoral” (McAdam; Tarrow, 2011, P.24). Nesse sentido, os autores apresentam um conjunto articulado de cinco vínculos entre eleições e movimentos sociais:

- opção eleitoral por meio do lançamento de candidaturas;
- a mobilização eleitoral proativa tentando influenciar os resultados;
- a mobilização eleitoral reativa, como protestos e outras reações a resultados eleitorais;
- os regimes eleitorais que tratam de uma interação ao longo do tempo;
- a polarização partidária induzida por partidos.

Assim, o lançamento de candidaturas ocorre quando o movimento articula-se com partidos ou funda um partido para lançar seus próprios candidatos. A mobilização eleitoral proativa ocorre quando grupos de movimentos tornam-se mais ativos no contexto de uma campanha eleitoral motivados pela compreensão do momento eleitoral enquanto “ameaça” ou “oportunidade” para avançar seus interesses. A mobilização eleitoral reativa ocorre após a divulgação dos resultados eleitorais, como forma de reação aos resultados. A interação ao longo do tempo descrita pelos autores refere-se à “processos graduais de mobilização e desmobilização desencadeados por mudanças duradouras nas tendências eleitorais”(Ibid. P.29) e , por fim, a polarização partidária refere-se aos conflitos entre a lógica mais ideológica dos movimentos e a lógica mais pragmática da dinâmica partidária, que muitas vezes resultam na polarização dentro do próprio partido (McAdam; Tarrow, 2011).

De acordo com Piccio, o período eleitoral constitui um momento de vulnerabilidade dos partidos. Isso porque, durante as eleições, o partido buscará estratégias e táticas que o beneficiem organizacionalmente e favoreçam seu sucesso eleitoral. Nesse contexto, os movimentos podem se constituir como atores estratégicos

para o alcance do sucesso eleitoral do partido e vice-versa, o que acaba por favorecer a interação entre ambos os atores (PICCIO, 2016, p.268)

Goldstone (2004) argumenta que a interação entre movimento e partido muitas vezes decorre de uma mútua dependência, na qual o sucesso de ambos os atores depende do apoio mútuo. No caso do movimento Escola sem Partido, essa relação foi expressa na fala de uma das suas lideranças. Quando questionado sobre o apoio de parlamentares ao movimento, o entrevistado disse que “Nós temos adesão social e os parlamentares querem votos. Apoiar o Escola sem Partido é vantajoso para eles.” (Entrevista 1).

Enquanto isso, um dos principais repertórios utilizados pelo movimento desde 2014² tem sido a apresentação de proposições nas diversas esferas do legislativo brasileiro. Além disso, como reforçado pelas entrevistas 1,3,4, 5 e 6, embora seja uma causa antiga³, o combate à doutrinação só ganhou uma maior projeção no debate público a partir de sua entrada no legislativo. Nesse sentido, o maior número de parlamentares favoráveis ao Escola sem Partido seria estratégico para maiores ganhos na atuação do movimento.

Schwartz (2006; 2010) argumenta que o principal elo das alianças e pontes construídas entre movimentos sociais e partidos políticos é a busca por recursos. Contudo, o caráter racional dessa relação implica em uma relação que não é imune às tensões e comportamentos oscilantes entre ambos os atores (Oliveira,2016).

Contudo, para além do caráter estratégico e relacional da interação entre movimentos sociais e partidos políticos, movimentos também podem reivindicar a representação neste processo. Desse modo, conforme será discutido na próxima sessão, ao olhar para o movimento Escola sem Partido, há também uma dimensão simbólica que reivindica a representação, por meio de uma performance representativa, durante o processo eleitoral.

² O primeiro Projeto de Lei vinculado ao movimento Escola sem Partido foi o PL Nº 2974/2014, apresentado pelo então Deputado Estadual Flávio Bolsonaro na Assembleia legislativa do Rio de Janeiro.

³ Damares Alves e Bia Kicis são exemplos de ativistas que atuavam desde antes da criação do movimento no combate à doutrinação ideológica nas escolas.

7. Da crise à interação: Os Compromissos Públicos com o movimento

Manin, Prezworcki e Stokes (1999), reconhecem que, apesar de serem importantes mecanismos para a formação de representantes, as eleições são incapazes de garantir a representatividade e responsividade aos interesses dos representados. Nesse sentido, os Compromissos Públicos elaborados pelo Escola sem Partido durante as eleições de 2018 constituem um mecanismo alternativo de controle e garantia da efetividade da representação institucional.

O movimento Escola sem Partido, como o próprio nome indica, sempre buscou uma dissociação entre sua imagem e qualquer partido ou ideologia política (Entrevistas 1,3 e 9). Apesar da articulação com parlamentares das diversas esferas legislativas de todo território nacional, buscou manter sua posição por eles apresentada como apartidária e “não ideológica”. Nessa direção, Barr apresenta que os autores das reivindicações anti-establishment buscam se apresentar de forma independente do status quo da política. Embora, nem sempre a sua posição corresponda ao que buscam apresentar (Barr,2009, P.33).

Diante do desafio de elaborar uma estratégia capaz de conciliar a postura *anti-establishment* com a oportunidade política trazida pelo momento eleitoral, o Escola sem Partido, diferentemente da tipologia descrita por Mcadam e Tarrow (2011), elaborou os chamados “Compromissos Públicos”. Lançados por meio da plataforma *online* “Escola sem Partido Eleições 2018”, os compromissos deveriam ser assinados por aqueles candidatos que, independentemente do partido e do cargo em disputa, apoiassem a causa e estivessem dispostos a submeter-se às condições postuladas pelo movimento.

Uma proposta que, ao mesmo tempo em que contorna a interação e associação direta com partidos, uma das instituições mais diretamente afetadas pela desconfiança política, faz uso da oportunidade representada pelo momento eleitoral para influenciar os resultados eleitorais e garantir sua representatividade nas instituições.

COMPROMISSO POLÍTICO PÚBLICO - ELEIÇÕES 2018

Eu, _____, como candidato(a) ao cargo de Deputado Estadual pelo Nome do partido, no Estado _____, assumo publicamente o compromisso de, sendo eleito(a), apresentar, no primeiro mês do meu mandato, ou apoiar com meu voto projeto de lei contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária, nos moldes da proposta elaborada pelo Movimento Escola sem Partido.

Local, cidade, dia, de mês de 2018.

nome e assinatura

Figura 3- Compromisso Público com o Escola sem Partido. Fonte: Imagem retirada da Plataforma Escola sem Partido Eleições 2018.

A divulgação, feita pelo *Facebook*, estabelecia prazos e a condição para os candidatos que assinassem o compromisso com o movimento. Conforme divulgado em sua página oficial:

“Os candidatos que assinam o Compromisso Público do Escola sem Partido não se comprometem apenas a “*combater a doutrinação nas escolas*”. Eles se comprometem a fazê-lo nos termos da proposta do Movimento Escola sem Partido, consubstanciada nos nossos anteprojetos de lei estadual e federal.” (Texto retirado de postagem na página oficial do movimento no *Facebook* em setembro de 2018).

À medida que os compromissos assinados pelos candidatos eram enviados para o e-mail do movimento, os compromissos eram disponibilizados na plataforma. Separados por cargo em disputa e por estado, os apoiadores do movimento podiam facilmente encontrar os candidatos formalmente comprometidos Escola sem Partido antes de definir seu voto.

De acordo com Vieira (2019), as redes informacionais, como mídias sociais, *facebook* e *twitter*, facilitam o acesso dos *makers* aos constituintes e audiências, constituindo importantes mecanismos de interação, visibilidade e alcance das performances representativas (Vieira,2019). Embora essas redes sempre tenham tido papel fundamental na atuação do movimento (Parnes; Novaes; Trindade, 2019), *facebook*, *twitter* e a plataforma “Eleições Escola sem Partido 2018” constituíram os principais canais de interação com a audiência.

Durante a pesquisa, levantou-se a hipótese de que os partidos políticos teriam atuado na aproximação entre o movimento e os candidatos. Contudo, embora não tenha sido possível entrevistar candidatos de mais partidos, os candidatos do Partido Novo, segundo maior em número de compromissos assinados, alegaram ter conhecido o movimento pela internet e ter liberdade dentro do partido para defesa de causas morais (Entrevistas 10,11,12 e 13).

Nesse sentido, estando fora do espectro econômico, haveria espaço na organização partidária do partido NOVO para a atuação de seus parlamentares e governadores, conforme os termos estabelecidos pelo movimento Escola sem Partido. Entretanto, a identificação com a causa e a liberdade em relação à adesão de causas morais dentro da estrutura partidária não foram suficientes para que alguns candidatos assinassem os compromissos com o movimento. De acordo com uma das candidatas ao legislativo pelo DF, “apesar de concordar com a causa e apoiar o movimento, assinar o compromisso com eles tiraria minha liberdade enquanto parlamentar” (Entrevista 11).

Inicialmente, a análise deste trabalho esteve restrita ao Distrito Federal, local de origem do ESP. Contudo, conforme demonstra o quadro abaixo, a performance do movimento teve pouca aderência aos constituintes e audiências locais.

Nome	Partido	Cargo	Eleito	Mudou de Partido
Regis Machado	PRP	Deputado Distrital	Não	
João Cardoso	AVANTE	Deputado Distrital	Sim	Não
Eduardo Favaro	PSD	Deputado Distrital	Não	
Professor Manuel Moraes	PPS	Deputado Distrital	Não	
Evandro Araújo	PRP	Deputado Distrital	Não	
Assis Marinho	Novo	Deputado Federal	Não	
Bia Kicis	PRP	Deputada Federal	Sim	Sim, PSL
Francisco Lúcio	PR	Deputado Federal	Não	
Thiago Manzoni	Novo	Deputado Federal	Não	
Paulo Fernando	PATRI	Deputado Federal	Não	
Partidos	Frequência			
PRP	3			
NOVO	2			
PR	1			
AVANTE	1			
PPS	1			
PATRI	1			
PSD	1			
Total	10			

Quadro 1 - Candidatos formalmente comprometidos com o Escola sem Partido no DF. Fonte: Elaborado pela autora.

Enquanto no cenário nacional 130 compromissos públicos foram assinados, no Distrito Federal, apenas 10. Nesse sentido, é reafirmada a centralidade dos mecanismos informacionais como meio de conexão com a audiência, já que embora as lideranças do movimento atuem em Brasília, os candidatos de outros estados tiveram maior aderência à causa.

Ademais, para além da análise quantitativa, faz-se relevante destacar a existência de um padrão partidário nos compromissos assinados. Conforme apresentado nas Figuras 4 e 5, os partidos vinculados ao movimento por meio dos compromissos públicos foram: PSL, NOVO, DEM, PRTB, PP, PRP, PSDB, SOLIDARIEDADE, AVANTE, PTC, MDB, DC e PPS. Contudo, dentre as siglas, PSL e NOVO ganham destaque com 78% e 20,8 % dos compromissos assinados, respectivamente.

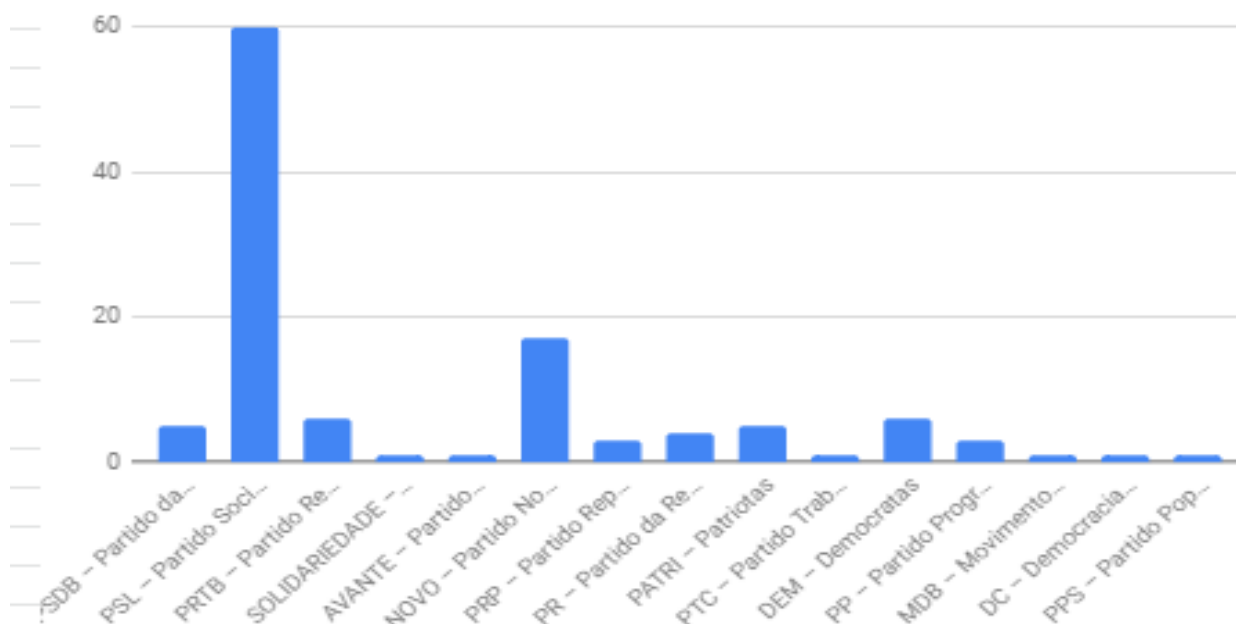


Figura 4 – Partidos que assinaram os Compromissos Públicos. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

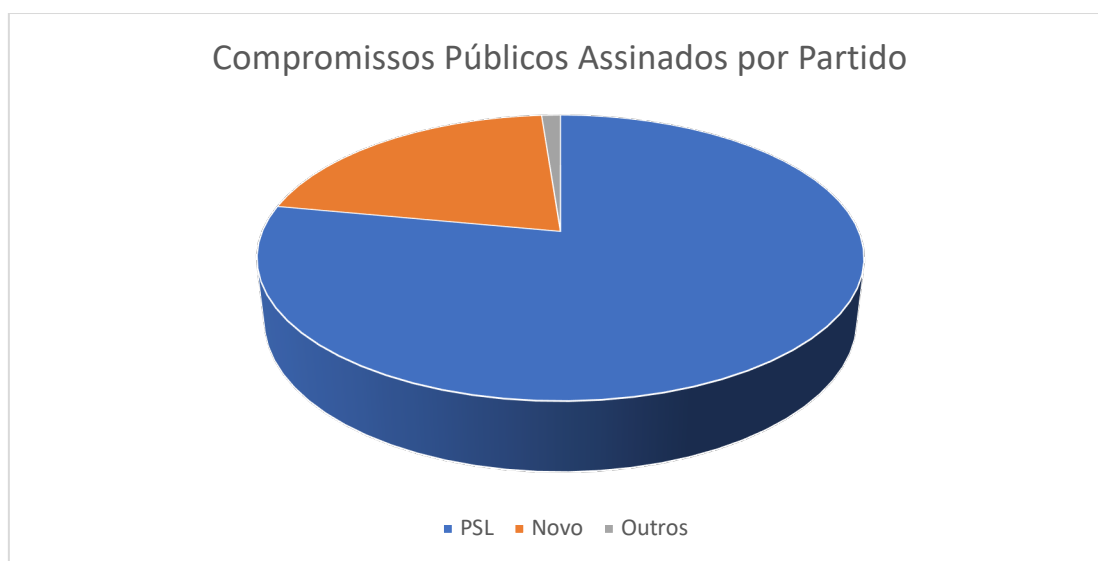


Figura 5- Percentual de compromissos assinados por partido. Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Embora no DF não tenham aparecido candidatos do PSL, é importante destacar que a Deputada eleita Bia Kicis, membro ativo do movimento desde sua criação, foi eleita pelo PRP, mas mudou para o PSL logo após as eleições durante a janela partidária. Além disso, durante sua campanha, a Deputada já se colocava como candidata de Jair Bolsonaro, ao lado do General Paulo Chagas, candidato ao executivo do Distrito Federal.

A expressiva adesão do PSL, partido que conquistou o executivo nacional, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, e a segunda maior bancada do Congresso Nacional,

constituiu um novo cenário para as reivindicações do movimento, de maior permeabilidade nas instituições e apoio às suas pautas.

De acordo com Mcadam e Tarrow (2011), “pode-se esperar que os movimentos aliados àqueles que chegaram ao poder mobilizem-se para tirar vantagem desse acesso/base, ao passo que os “perdedores”, depois de um período de mobilização reativa, tendem a se desanimar e, gradualmente, desmobilizar” (McAdam; Tarrow, 2011, P.31). Nesse sentido, após os resultados eleitorais, buscou-se novamente entrevistar lideranças do movimento buscando compreender quais seriam os próximos passos em torno do controle e verificação do cumprimento dos compromissos públicos por parte dos eleitos.

Entretanto, quando questionada sobre os próximos passos, a liderança deixou claro que não havia mais um interesse do movimento em acompanhar ou fiscalizar a atuação dos eleitos. De acordo com a liderança “O Escola sem Partido é para sociedade. Nós não vamos fiscalizar isso, não temos como. Até temos, mas não vamos. O eleitorado deve fiscalizar” (Entrevista 14).

Além disso, em julho de 2019, o movimento ameaçou, por meio de sua página oficial no *facebook*, encerrar suas atividades a partir de agosto. Apesar do grande número de apoiadores, Miguel Nagib, principal liderança do movimento, alegou estar sobrecarregado com as tarefas do Escola sem Partido e recomendou que os apoiadores recorressem às instâncias anteriormente tão criticadas pelo movimento, como parte da manutenção da “hegemonia de esquerda” (Entrevistas 1,3 e 9) : o Ministério Público , o MEC e as secretaria de Educação (Figuras 6 e 7).



Escola Sem Partido



hier à 20:27 • 🌐

Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1º de agosto.

Daí pra frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que se elegeram com a bandeira do ESP.



1 732

443 commentaires • 128 partages



J'aime



Commenter



Partager

Figura 6- Ameaça de encerramento de atividades do ESP. Fonte: Página oficial do movimento no Facebook, 18 de julho de 2019.



Escola Sem Partido

Agradecemos o apoio dos que seguem a página e curtem e compartilham nossas postagens. Mas não é desse apoio que estamos falando. A atividade do ESP vai muito além das redes sociais.

Precisamos de ajuda profissional, o que exige uma fonte estável de custeio. O ESP tem muitos simpatizantes e defensores. Mas quem cuida das páginas, lê e responde e-mails, escuta os áudios, edita os vídeos, redige as petições, denúncias e pareceres, dá palestras e entrevistas, e arca com todas as despesas é uma só pessoa.

Uma causa tão importante, com adversários tão numerosos e poderosos, não pode ser defendida dessa forma. Se as autoridades constituídas — nos três níveis de governo — e, sobretudo, o Ministério Público cumprissem o seu dever, o ESP nem precisaria existir. Mas é notório que isso não está acontecendo nem há sinais de que esteja para acontecer, para nossa grande frustração.

7 m J'aime Répondre

Figura 7- Ameaça de encerramento do ESP 2. Fonte: Comentário da publicação realizada no dia 18 de julho de 2019 na página oficial do movimento.

Desse modo, tanto a desmobilização em torno dos compromissos públicos, como a ameaça de encerramento das atividades do movimento denotam uma transformação nos discursos construídos durante a performance eleitoral. Nesse sentido, o “desequilíbrio político” causado pela posição de poder dos governos de esquerda (Entrevista 14) teria sido superado com os resultados das eleições, de forma que o combate à doutrinação tenha passado a ter maior aceitação das novas audiências.

8. Considerações Finais

A partir de uma perspectiva construtivista que entende a representação sob o aspecto criativo e performático, este trabalho analisou a atuação do movimento Escola sem Partido nas eleições de 2018 como performance representativa que reivindicava a representação. Para isso, a elaboração de compromissos públicos, a construção de discursos de crise e discursos anti-establishment e os discursos construídos em torno das experiências de doutrinação constituíram técnicas de desempenho da performance que foram bem recebidas pela audiência.

Embora tenha sido fundado em 2004, o movimento Escola sem Partido passou a ganhar maior destaque no debate público a partir de 2014, com a apresentação do Projeto de Lei que buscava instituir o Programa Escola sem Partido. É importante destacar que desde 2013, quando o Brasil foi palco de protestos com pautas difusas que expressavam um sentimento de misrepresentation em relação à classe política e aos partidos políticos (Vieira, 2019), há um processo de mobilização em torno da insatisfação e crise política (Albala, 2017; Alonso, Mische, 2017).

Nesse contexto, as eleições de 2018 também foram marcadas por uma ampla mobilização da sociedade civil e forte polarização. Movimentos, como o Escola sem Partido, que não haviam utilizado o repertório eleitoral, mobilizaram-se em torno das eleições. Embora não tenham optado por lançar candidaturas, aliar-se oficialmente a um partido político ou fundar um partido, o movimento manteve sua construção discursiva *anti-establishment* e criou os chamados compromissos públicos com o movimento, por meio dos quais, de forma semelhante à lógica partidária na qual o indivíduo associa-se à organização e submete-se à sua estrutura, os candidatos, que apoiavam a causa, embora inseridos em um partido, comprometiam-se formalmente com o movimento, submetendo-se às condições por ele determinadas.

Disponibilizados por meio das redes informacionais como *Facebook* e da plataforma intitulada “Escola sem Partido eleições 2018”, o movimento utilizou-se da internet como principal mecanismo de conexão com a audiência que buscava atingir. Além dos compromissos públicos, o movimento fez uso de imagens, vídeos e textos para atacar seus oponentes na disputa eleitoral. Embora não tenham oficialmente manifestado apoio a nenhum candidato, o movimento definiu os chamados “inimigos do Escola sem Partido” por meio de suas postagens.

Nesse sentido, a construção da performance representativa do movimento deu-se em torno da retórica *anti-establishment* do “nós *versus* eles”, dos discursos de crise da classe política, *misrepresentation*, combate à doutrinação. Embora conectadas pela narrativa da hegemonia de esquerda, o apelo às vivências de doutrinação, que constituem a identidade mobilizadora do movimento, corrobora para aprovação da performance pela audiência.

Ademais, no que se refere à interação com os partidos, os compromissos públicos representaram uma forma de contornar a interação direta com essas instituições, uma das mais diretamente afetadas pela desconfiança política. Embora fosse possível que os partidos tivessem atuado na aproximação entre os candidatos e o movimento por meio dos termos de compromisso, as entrevistas com candidatos que, embora apoiadores do movimento e parte do mesmo partido, tenham tido diferentes condutas em relação aos termos, indicam que essa aproximação estava mais relacionada à identificação com a causa, e aprovação da performance representativa do movimento, e liberdade na estrutura partidária, do que uma aliança, nos moldes da literatura de partidos políticos, estabelecida em torno da mútua troca de recursos.

Contudo, ao olhar para a totalidade dos compromissos assinados, há uma clara vinculação a dois partidos: PSL e NOVO. Embora, devido à limitação territorial da pesquisa e à dificuldade de acesso a candidatos de outros estados durante o período eleitoral, não tenha sido possível entrevistar candidatos do PSL, a expressiva associação entre o partido e o Escola sem Partido auxilia a caracterização da audiência que o movimento busca impactar.

Além disso, a vitória eleitoral do PSL constituiu um novo cenário político que repercutiu na atuação do movimento. É importante destacar que, para além de 78% dos compromissos assinados com o movimento terem vindo de candidatos do partido, Bia Kicis, Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, Damare Alves, que ocuparam posições importantes no novo governo, já faziam parte do movimento. Nesse sentido, a desmobilização em torno dos compromissos públicos e da própria atuação do movimento após a constituição de um novo cenário político, mas favorável ao combate à doutrinação, completa o ciclo da performance representativa desempenhada pelo movimento durante as eleições de 2018.

9. Anexos

9.1 Entrevistas

Entrevista	Entrevista	Classificação	Compromisso Público com o ESP	Data
1	Presencial	Liderança do Movimento	NA	Maior/2018
2	Presencial	Estudante apoiador do Movimento	NA	Junho/2018
3	Presencial	Professor e liderança do movimento	NA	Junho/2018
4	Presencial	Parlamentar	Não	Junho/2018
5	Presencial	Ativista, Ex assessora jurídica Magno Malta, Pastora e atual Ministra dos Direitos Humanos	NA	Junho/2018
6	Presencial	Assessor Parlamentar que redigiu o projeto de lei do ESP e Candidato à deputado federal formalmente comprometido com o Movimento	Sim	Junho/2018
7	Presencial	Parlamentar	Não	Junho/2018
8	Presencial	Ativista e candidato a Deputado Distrital	Não	Junho/2018
9	Presencial	Liderança do Movimento	NA	Junho/2018
10	Presencial	Candidato a Deputado Federal formalmente comprometido	Sim	Setembro/2018
11	Presencial	Candidata a Deputada Federal, apoiadora, não comprometida formalmente	Não	Março/2019
12	Presencial	Ativista, Candidato a Deputado Distrital	Não	Março/2019
13	Presencial	Apoiador, Candidato a Deputado Distrital	Não	Abril/2019
14	Telefone	Liderança	NA	Abril/2019

9. Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. **Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests**. Bulletin of Latin American Research, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2017.
- BARR, Robert R. **Populists, outsiders and anti-establishment politics**. party politics, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2009.
- DELLA PORTA, Donatella ; DIANI, Mario. “**Collective Action and Identity**”, em: Social Movements: An Introduction, Oxford, Blackwell, 89-113.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. “**Organizações, coalizões e movimentos**”, In: Revista Brasileira de Ciência Política . Ed: 2010. Páginas 219-250.
- DISCH, Lisa. Parties, partisanship, and democratic politics. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 3, p. 621-624, 2009.
- GOLDSTONE, Jack A. (Ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003.
- GUASTI, Petra; ALMEIDA, Debora. **Claims of misrepresentation a comparison of Germany and Brazil**. In: ECPR General Conference Hamburg, 2018, Hamburg. Papers [...]. Colchester European Consortium for Political Research, 2018. p. 1-19. Disponível em <https://ecpr.eu/iilestore/PaperProposal/ee72ccP9-PaP9-bb7f-9ePb-8Paae17227fe.pdf>. Acesso em 09/12/2019.
- JASPER, James. “**Infraestrutura**.” In Protesto: Uma Introdução Aos Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2016. Páginas 92–115.
- LYNCH, Christian E. C. “**A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político**”. In: ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010, p. 9-35.
- MANIN, Bernard. **A democracia do público reconsiderada**. Novos estudos CEBRAP, n. 97, p. 115-127, 2013.
- MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge University Press, 1997.
- MISCHÉ, Ann. 1997. “**De Estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política**”. Revista Brasileira de Educação. Ed: 1997. Páginas 134-150.
- MCADAM, D. Tarrow; TARROW, S. S. and Tilly, C. (2001) **Dynamics of Contention**.
- MCADAM, Doug et al. (Ed.). **Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge University Press, 1996.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Social movements and elections: Toward a broader understanding of the political context of contention. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 18-51, 2011.

OLIVEIRA, Marília; **Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

PARNES, Hannah; NOVAES, Igor; TRINDADE, Paula. **“Projeto de lei ou Movimento Social? Um estudo de caso sobre o Escola sem Partido”** In IV Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas (PDPP), Porto Alegre ,2019.

PICCIO, Daniela R. THE IMPACT OF SOCIAL MOVEMENTS ON POLITICAL PARTIES. **The Consequences of Social Movements**, p. 263, 2016.

PITKIN, Hanna F. **The concept of representation**. University of California Press, 1967.

REHFELD, Andrew. **“Towards a General Theory of Political Representation”**. The Journal of Politics, Volume 68, Issue 1, P. 1-21, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2006.00365.x>

RONSAVALLON, Pierre. **Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust**. Cambridge University Press, 2008.

SAWARD, Michael. **Performative representation**. In: Brito Vieira, Mónica, (ed.) Reclaiming Representation: Contemporary Advances in the Theory of Political Representation. Abingdon: Routledge. 2017 ISBN 9781138928510.

SAWARD, Michael. Fragments of equality in representative politics. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v. 19, n. 3, p. 245-262, 2016.

SAWARD, Michael. Making representations: Modes and strategies of political parties. **European Review**, v. 16, n. 3, p. 271-286, 2008.

SAWARD, Michael. Representation and democracy: revisions and possibilities. **Sociology compass**, v. 2, n. 3, p. 1000-1013, 2008.

SAWARD, Michael. Shape-shifting representation. **American Political Science Review**, v. 108, n. 4, p. 723-736, 2014.

SAWARD, Michael. The representative claim. **Contemporary political theory**, v. 5, n. 3, p. 297-318, 2006.

SAWARD, Michael. The wider canvas: representation and democracy in state and society. **The future of representative democracy. Cambridge: Cambridge University**, p. 74-95, 2011.

SAWARD, Michael. **The representative claim**. Oxford University Press, 2010.

VIEIRA, Gabriel. **“A interação dos movimentos de Renovação Política com os partidos políticos na dinâmica eleitoral de 2018”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2019.